

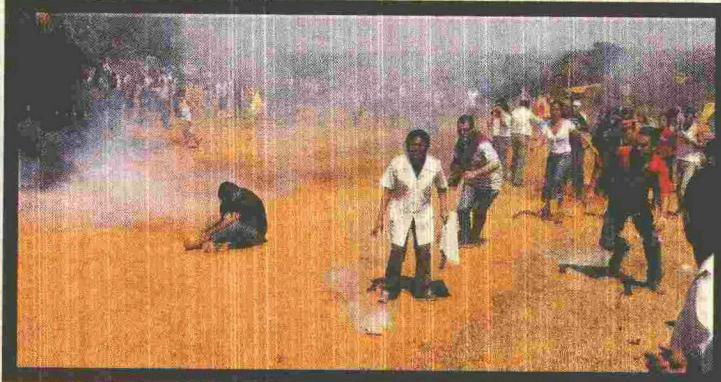
Invasores buscam apoio

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

Os moradores da Colônia Agrícola Águas Claras, atrás do Setor de Oficinas do Guará II, aproveitaram o dia de trégua para buscar apoio dos deputados distritais. Eles querem negociar com o governo a permanência da maioria das casas no local. Uma liminar judicial impede o retorno dos tratores coordenados pelo Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água). Na segunda-feira, em meio a tumulto, agressões e bombas de efeito moral, os fiscais do Siv-Água derrubaram alguns muros na chácara 32.

Kleber Lima 10.8.04



MORADORES RESISTIRAM À DESOCUPAÇÃO: CONFRONTO COM OS POLICIAIS

"Queremos apenas um tratamento igualitário. Por que os moradores do Lago Sul podem negociar e nós não?", perguntou o lí-

der comunitário da chácara 28, Elton Gomes. Uma comissão foi até a Câmara Legislativa na tarde de ontem para pedir apoio dos

distritais. Eles se encontraram com a deputada distrital Érika Kokay (PT). Ela prometeu ajudar os moradores e entregar um relatório da situação às comissões de Direitos Humanos e Constituição e Justiça da Câmara.

O processo judicial será remetido à Procuradoria do Governo do Distrito Federal (GDF). De acordo com o subsecretário do Siv-Água, Antônio Magno, as demolições continuarão assim que a liminar conferida pela Sexta Turma Cível for cassada. "Não agiremos contra a Justiça, mas forneceremos todos os elementos à Procuradoria para comprovar que nossa ação foi legal. Assim que possível, iremos continuar nosso dever."

Tentativas de retirada

A operação de desobstrução da Colônia Agrícola Águas Claras começou no dia 28 de junho. Em dois dias de ação, foram derrubados cinco barracos, duas casas e 27 muros nas chácaras 28 e 32. O objetivo era desocupar e limpar a área próxima ao córrego Vicente Pires, onde há nascentes e solos alagadiços em virtude da pouca profundidade do lençol freático. Foi dado um prazo de 20 dias para os moradores saírem do local.

Nesse período, os ocupantes da chácara 28 conseguiram na Justiça uma liminar contra as derrubadas. Na segunda-feira, o Siv-Água voltou ao local e retomou a operação na chácara 32. Tumulto, agressões e até bombas de efeito moral marcaram a ação. No final da tarde, os moradores conseguiram na Justiça o direito de permanecer na região até que o mérito do processo seja julgado.